



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº 66, DE 2021.

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021.

PROPONENTE: Poder Executivo Municipal

RELATOR: Vereador Sadi Kisiel/PODEMOS

VOTO DO RELATOR: Favorável a tramitação

PARECER DA COMISSÃO: Favorável a tramitação

I – RELATÓRIO

Foi protocolado para análise e emissão de parecer da Comissão de Finanças e Orçamento o Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, que tem a finalidade de adequar à Lei Complementar Municipal nº 01, de 30 de dezembro de 2001 - Código Tributário Municipal de Cascavel - às disposições da Lei Complementar Federal nº 175, de 23 de setembro de 2020, que trouxe modificações à Lei Complementar Federal nº 116, de 2003, que trata do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

II – VOTO DO RELATOR

Com base no art. 43, §1º do Regimento Interno, designei-me para ser o Relator do Projeto de Lei Complementar nº 7, de 2021, que apresento meu voto para análise e deliberação dos demais Vereadores integrantes desta comissão.

A Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, conforme define o art. 45, IV do Regimento interno, tem a incumbência de receber e exarar parecer sobre proposições referentes à matéria tributária, e a outras que de forma direta ou indireta, alterem as despesas ou a receitas do Município e acarretem responsabilidades orçamentárias e financeiras para o erário municipal.

A matéria ora em análise, visa a alteração do código tributário municipal, a fim de adequar às disposições da Lei Complementar Federal nº 175, de 23 de setembro de 2020, que trouxe modificações à Lei Complementar Federal nº 116, de 2003, que trata do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

RECEBIDO EM:
09/10/21 às 15:44

DIRETORIA LEGISLATIVA



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Assim, com o advento da Lei Complementar nº 175, de 23 de setembro de 2020, alguns serviços cujo ISS era devido no local do estabelecimento do prestador, passaram a ser devidos no domicílio do tomador dos serviços.

Abrangendo os seguintes serviços: Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres; outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário; Planos de atendimento e assistência médico-veterinária; Serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e serviço de Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres; Serviço de agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring); Serviço de arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Ao analisar o referido anteprojeto de lei complementar, entendo que não há impedimentos de ordem tributária que possa ocasionar danos ao erário público financeiro, uma vez que o anteprojeto de lei, modificar sua legislação municipal, adequando as normas ao que restou definido pela legislação federal, a fim de evitar o conflito de nossas normas.

Acrescenta-se, ainda que, as alterações propostas não impõem quaisquer alterações de alíquotas, nem tampouco acarretará aumento de impostos. Muito pelo contrário, uma vez que essa alteração oportunizará que os valores recolhidos por meio de transações de cartão de crédito, passem a ser arrecadados no município que gerou a transação, de modo que o movimento financeiro gerado em Cascavel fique em Cascavel.

Posto isto, como Relator, não encontro impedimentos de ordem orçamentária e financeira a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021, o que manifesto meu voto **FAVORÁVEL** à sua tramitação.

Sadi Kisiel

Vereador/PODEMOS/Relator



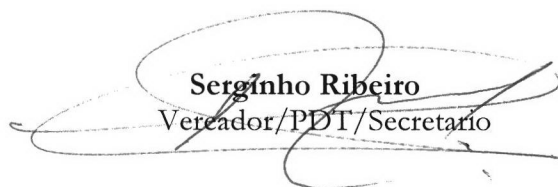
Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

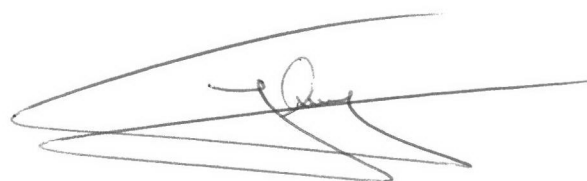
III – PARECER DA COMISSÃO

Ao analisar o voto do Relator os Vereadores da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, por maioria unanímica, acatam o voto do eminente Relator e manifestam-se **FAVORÁVEL** a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2021.

É o Parecer. Sala da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento.
Cascavel, 5 de outubro de 2021.



Serginho Ribeiro
Vereador/PDT/Secretário



Josias de Souza
Vereador/MDB/Membro

